

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

UMA AGENDA EM CONSTRUÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES (2004–2024)

Osmar Garcia, Joyce Adam

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11882>

Submetido em: 2025-05-02

Postado em: 2025-05-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

UMA AGENDA EM CONSTRUÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES (2004–2024)

OSMAR ARRUDA GARCIA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3496-2772>

oa.garcia@unesp.br

JOYCE MARY ADAM²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2576-2194>

joyce.adam@unesp.br

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP. Rio Claro, São Paulo (SP), Brasil.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP. Rio Claro, São Paulo (SP), Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a produção acadêmica brasileira sobre gestão escolar e questões de gênero e sexualidades no período de 2004 a 2024. A partir de uma revisão integrativa (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) e inspirada no método cartográfico (Passos; Barros, 2009), foram localizados e examinados 23 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos científicos. A investigação buscou identificar tendências, lacunas e potencialidades na articulação entre gestão escolar, gênero e sexualidades. Os resultados indicam que, embora o tema esteja em expansão, a gestão escolar ainda é abordada de forma periférica, evidenciando a necessidade de tensioná-la criticamente como dimensão ética e política. Constatam-se, ainda, silenciamentos institucionais e práticas de resistência micropolítica que desafiam a normatividade escolar.

Palavras-chave: gestão escolar; gênero; sexualidades; resistências; silenciamentos.

AN AGENDA UNDER CONSTRUCTION: AN INTEGRATIVE REVIEW OF BRAZILIAN ACADEMIC PRODUCTION ON SCHOOL MANAGEMENT, GENDER, AND SEXUALITIES (2004–2024)

ABSTRACT: This article analyzes Brazilian academic production on school management and issues of gender and sexualities between 2004 and 2024. Based on an integrative review (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) inspired by the cartographic method (Passos, Kastrup; Escóssia, 2009), 23 works were located and examined, including theses, dissertations, and scientific articles. The investigation sought to identify trends, gaps, and potentialities in the articulation between school management, gender, and sexualities. Results indicate that, although the topic is expanding, school management is still addressed peripherally, highlighting the need for critical tensioning as an ethical and political dimension. Institutional silencing and micropolitical resistance practices that challenge school normativity are also observed.

Keywords: school management; gender; sexualities; resistances; silencing.

UNA AGENDA EN CONSTRUCCIÓN: REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA BRASILEÑA SOBRE GESTIÓN ESCOLAR, GÉNERO Y SEXUALIDADES (2004–2024)

RESUMEN: Este artículo analiza la producción académica brasileña sobre gestión escolar y cuestiones de género y sexualidades en el período de 2004 a 2024. Basándose en una revisión integrativa (Mendes;

Silveira; Galvão, 2008) e inspirada en el método cartográfico (Passos, Kastrup; Escóssia, 2009), se localizaron y examinaron 23 trabajos, entre tesis, disertaciones y artículos científicos. La investigación buscó identificar tendencias, vacíos y potencialidades en la articulación entre gestión escolar, género y sexualidades. Los resultados indican que, aunque el tema se está expandiendo, la gestión escolar aún se aborda de forma periférica, evidenciando la necesidad de tensionarla críticamente como dimensión ética y política. También se observan silenciamientos institucionales y prácticas de resistencia micropolítica que desafían la normatividad escolar.

Palabras clave: gestão escolar; género; sexualidades; resistências; silenciamientos.

GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura, fundamentada na revisão integrativa¹ (Mendes; Silveira; Galvão, 2008), situada na intersecção entre gestão escolar e questões de gênero e sexualidades. Partimos do pressuposto de que esta revisão poderá contribuir para futuras investigações educacionais, diante da constatação da escassez de produções acadêmico-científicas que abordem de forma articulada essas temáticas. Trata-se de um esforço vinculado a uma pesquisa de doutorado em andamento em programa de pós-graduação em educação.

A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com os descritores direção escolar, gestão escolar, gênero, identidade de gênero, relações de gênero, identidade sexual, sexualidades e diversidade sexual, no recorte de 2004 a 2024, localizando-se 21 dissertações e teses. Complementarmente, realizou-se pesquisa na base SciELO Brasil, utilizando os mesmos descritores, na qual se identificaram apenas dois trabalhos. Foram ainda examinados os anais das 27^a a 41^a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), sem localizar produções pertinentes por meio da busca nos títulos, o que limitou a abrangência da identificação, dado os mecanismos de pesquisa das plataformas.

Em seguida, detalharemos o percurso metodológico adotado, explicitando critérios de seleção, procedimentos de análise (Gil, 2008; Severino, 2007) e estratégias interpretativas. Ancorados na cartografia como método de acompanhamento dos processos que atravessam os territórios investigados (Passos; Barros, 2009), propomos mapear fluxos, tensões e silenciamientos presentes nas relações entre gestão escolar, gênero e sexualidades (Foucault, 1979; Bento, 2006; Butler, 2003; Louro, 2000).

PERCURSO METODOLÓGICO: ENTRE MAPAS E DOBRAS — REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES

Esta revisão sistemática de literatura fundamenta-se na revisão integrativa, com o objetivo de mapear e analisar a produção acadêmica que aborda a intersecção entre gestão escolar, gênero e sexualidades no Brasil, no período de 2004 a 2024. A escolha dessa abordagem busca identificar lacunas, consolidar conhecimentos e subsidiar futuras investigações. Adota-se também a perspectiva cartográfica (Passos; Barros, 2009), entendendo a revisão como uma operação de acompanhamento de fluxos de sentido e produção de saber, na qual o pesquisador se implica no processo de constituição do conhecimento.

A metodologia seguiu as seis etapas propostas por Karina Dal Sasso Mendes, Renata Cristina de Campos Pereira Silveira e Cristina Maria Galvão (2008): formulação da questão de pesquisa; definição

¹ A revisão integrativa é um método de pesquisa oriundo da área da saúde, fundamentado na prática baseada em evidências (PBE), que possibilita a busca sistemática, a avaliação crítica e a síntese de conhecimentos disponíveis sobre um determinado tema. Embora esse método tenha sido concebido para contextos clínicos, optamos por adotar esse referencial metodológico, realizando as adequações necessárias ao campo da educação, com vistas a garantir um mapeamento sistematizado e rigoroso da produção acadêmica sobre a temática investigada.

de critérios de inclusão e exclusão; identificação das fontes; seleção dos estudos; análise e interpretação dos dados; e apresentação dos resultados. A questão norteadora foi: quais produções acadêmicas, entre 2004 e 2024, articularam gestão escolar e questões de gênero e sexualidades no contexto educacional brasileiro?

Foram incluídas dissertações e teses defendidas no período, artigos científicos em língua portuguesa, e estudos que, mesmo sem foco central na gestão, abordassem a atuação de gestores/as frente às temáticas de gênero e sexualidades. Foram excluídas produções que tratassem exclusivamente de um dos temas, sem articulação entre eles. As buscas ocorreram entre fevereiro e abril de 2025, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na base SciELO Brasil e nos anais Reuniões da ANPEd (27^a a 41^a), com os descritores: “direção escolar”, “gestão escolar”, “gênero”, “identidade de gênero”, “relações de gênero”, “identidade sexual”, “sexualidades” e “diversidade sexual”.

Os trabalhos selecionados foram organizados em planilha, reunindo dados como título, autor/a, tipo de trabalho, instituição, programa de pós-graduação ou periódico, área de conhecimento, ano e local de publicação. A análise ocorreu em duas etapas: leitura exploratória, visando delinear o campo investigado (Gil, 2008), e leitura analítica, dedicada à decomposição crítica dos textos e suas estruturas argumentativas (Severino, 2007). Esses deslocamentos, entre reconhecimento preliminar e mergulhos interpretativos, buscaram captar rastros e tensões nas relações entre gestão escolar, gênero e sexualidades (Passos; Barros, 2009).

CARTOGRAFIAS INICIAIS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES (2004–2024)

Objetivando subsidiar as análises posteriores, apresentamos nesta seção a sistematização inicial dos trabalhos selecionados na revisão integrativa. A produção acadêmica, composta por teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos publicados entre 2004 e 2024, foi organizada em tabela cronológica.

Essa cartografia preliminar delinea um panorama da produção científica sobre gestão escolar, gênero e sexualidades, evidenciando tendências, recorrências e lacunas a serem aprofundadas nas próximas seções. Em consonância com a perspectiva cartográfica de Eduardo Passos, Regina Benevides de Barros (2009), essa organização buscou acompanhar os fluxos e movimentos da pesquisa no campo educacional, compreendendo a produção acadêmica como território em constante construção.

Tabela 1 - Trabalhos acadêmicos ordenados por ano da defesa/publicação.

| Ordem/Título | Autores/as | Tipo de trabalho | Instituição/Periódico | Programa de Pós-Graduação/Área do Conhecimento | Data da defesa/Publicação | Local da Publicação |
|--|---|---------------------|--|--|---------------------------|---------------------|
| 1. (Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru – PE: a questão da LGTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar | Emerson Silva Santos | Dissertação | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Educação Contemporânea | 2018 | Caruaru, PE |
| 2. A política pública de educação do Estado do Ceará para gênero e sexualidade na escola | Homero Henrique de Souza | Dissertação | Universidade Estadual do Ceará (UECE) | Planejamento e Políticas Públicas | 2019 | Fortaleza, CE |
| 3. Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega | Filipe Antonio Ferreira da Silva | Dissertação | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Educação Contemporânea | 2019 | Caruaru, PE |
| 4. Educação Sexual na escola: experiências de professores/as da rede estadual paulista | Lucas Périco | Dissertação | Universidade de São Paulo (USP) | Educação | 2020 | São Paulo, SP |
| 5. A homofobia em cena: narrativas e silenciamentos na formação inicial docente | Vinícius Tavano | Dissertação | Universidade Estadual Paulista (UNESP) | Educação | 2021 | Araraquara, SP |
| 6. Ascensão na carreira docente e diferenças de gênero | Mariana Kubilius Monteiro, Helena Altmann | Artigo de periódico | Educar em Revista | Educação | 2021 | Curitiba, PR |
| 7. Cenas de um cotidiano (in)visível: gênero e sexualidade na formação de professoras(es) | Silmara Silveira Lourenço | Dissertação | Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) | Educação | 2021 | São Carlos, SP |
| 8. Formação docente em cursos de licenciatura da UFSM: sobre políticas curriculares e discussões de gênero e de sexualidades | Daiana Godinho Martins Correia | Dissertação | Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Políticas Públicas e Gestão Educacional | 2021 | Santa Maria, RS |
| 9. Gênero e sexualidade na escola: em cena o estudo das contribuições das políticas para a formação docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco | Sebastiana Nunes da Costa | Dissertação | Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) | Educação, Culturas e Identidades | 2021 | Recife, PE |
| 10. O Programa de Ensino Integral no Estado de São Paulo: a escola neoliberal | Caroline Gorski Marques Araujo | Dissertação | Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) | Educação | 2021 | Campinas, SP |
| 11. A 'ideologia' do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente na rede pública de ensino em Parobé/RS | Shirlei Alexandra Fetter | Tese | Universidade La Salle (UNILASALLE) | Educação | 2022 | Canoas, RS |
| 12. Gênero, sexualidade e direitos humanos: um estudo das políticas públicas de educação | Bárbara Maia Morais | Dissertação | Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) | Sociologia | 2022 | Dourados, MS |
| 13. O (re)conhecimento dos direitos dos adolescentes LGBTQIA+ na escola | Adriana Marcial Ramos Gomes | Dissertação | Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) | Saúde Pública | 2022 | Rio de Janeiro, RJ |
| 14. Percursos de homens e de mulheres à gestão escolar: um estudo consubstanciado por classe, gênero e raça | Carlene Freitas da Silva Bernardes | Tese | Universidade de Uberaba (UNIUBE) | Educação | 2022 | Uberaba, MG |

| | | | | | | | |
|-----|--|---|---------------------|---|---|------|-----------------------------------|
| 15. | Práticas de resistência de estudantes dissidentes do regime sexo-gênero: experiências para uma escola possível de ser e estar | Lilian Carla da Silva Freitas | Dissertação | Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) | Educação, Culturas e Identidades | 2022 | Recife, PE |
| 16. | Resistências de subjetividades insurgentes à LGBTQIA+fobia no contexto escolar | Cristina Simone de Sousa Reis | Dissertação | Universidade Federal do Pará (UFPA) | Psicologia Social | 2022 | Belém, PA |
| 17. | Sexualidade e currículo: uma análise foucaultiana de práticas discursivas escolares | Samuel Moreira de Araújo | Dissertação | Universidade Estadual do Ceará (UECE) | Educação | 2022 | Fortaleza, CE |
| 18. | Vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará | Graciete Pantoja Antunes | Dissertação | Universidade Federal do Pará (UFPA) | Currículo e Gestão da Educação Básica | 2022 | Belém, PA |
| 19. | Educação em Direitos Humanos e Enfrentamento às LGBTIfobias: narrativas de professoras/es do curso normal | Douglas Luiz de Oliveira Moura | Dissertação | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) | Psicologia – Processos Psicossociais e Coletivos | 2023 | Seropédica, RJ |
| 20. | Sexualidade e gênero em meio escolar: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil e no 1º ciclo do ensino básico em Portugal | Rafacla Cordeiro Gama | Tese | Universidade do Minho / Universidade Federal do ABC (UFABC) | Educação Física e Saúde Infantil / Ensino e História das Ciências e da Matemática | 2023 | Braga, Portugal / Santo André, SP |
| 21. | Trajetórias de vida pela educação: produzindo os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual em um Instituto Federal | Willian Guimarães | Tese | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) | Psicologia Social e Institucional | 2023 | Porto Alegre, RS |
| 22. | Violência escolar, desinformação e as fake news sobre corpos, gêneros e sexualidades nas mídias e redes sociais | Ezequias Cardozo da Cunha Júnior | Dissertação | Universidade Federal de Uberlândia (UFU) | Educação em Ciências e Matemática | 2023 | Uberlândia, MG |
| 23. | Gênero e papéis sociais em empresas familiares do ramo escolar | Simone Porto Loureiro, Terezinha Féres-Carneiro | Artigo de periódico | Educação e Realidade | Educação | 2024 | Porto Alegre, RS |

Fonte: *Elaboração própria.*

A análise da Tabela 1, com 23 trabalhos, revela uma concentração significativa de publicações nos anos mais recentes, especialmente entre 2021 e 2023, período que responde por cerca de 70% da produção. Esse dado sugere um aumento do interesse acadêmico pela temática, impulsionado pelas tensões em torno das pautas de gênero e sexualidades nas políticas educacionais e pela maior visibilidade das questões de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e Outros (LGBTQIAPN+) no debate público.

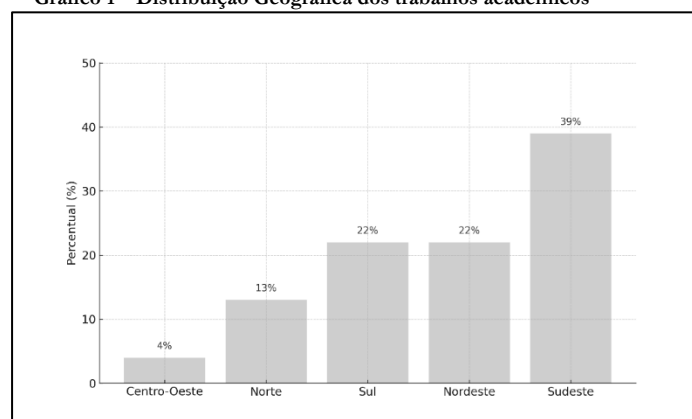
O campo educacional brasileiro tem sido atravessado por acentuado tensionamento diante da emergência dos movimentos antigênero, intensificado após a inclusão das temáticas de gênero nos planos de educação. Essa ofensiva desencadeou mobilizações articuladas nacionalmente, como destacam Rogério Diniz Junqueira, Fernando Cássio e Andressa Pellanda (2020):

[...] as reações ultraconservadoras às propostas de inclusão das temáticas de gênero nos planos de educação costumam ser apontadas como o início das grandes mobilizações antigênero no Brasil. A partir daquele momento, a ofensiva contra a 'ideologia de gênero' espalhou-se de forma ruidosa e virulenta pelo país, angariando apoio ostensivo de lideranças de diversas denominações religiosas, especialmente de neopentecostais. A intensidade da atuação destas últimas foi tal que levou muita gente a pensar que se tratava de um fenômeno tipicamente brasileiro e de origem neopentecostal. No entanto, as matrizes da ofensiva antigênero, de moldes transnacionais, podem ser identificadas no fundamentalismo católico (Junqueira; Cássio; Pellanda, 2020, p. 192).

Nesse cenário, Joan Wallach Scott (1999) enfatiza que o gênero constitui um dos principais campos de disputa simbólica e política da sociedade contemporânea, pois mobiliza confrontos em torno da produção de sentidos, da legitimação de normas e da definição de posições sociais, assumindo, assim, um papel estratégico nas lutas por reconhecimento e transformação social.

Em relação a distribuição regional da produção acadêmica constatou-se, com base nos dados evidenciados na tabela 1, que a região Sudeste concentra aproximadamente 39% dos trabalhos analisados. De igual modo, também foram localizados trabalhos nas regiões Nordeste e Sul, ambas com cerca de 22%, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição Geográfica dos trabalhos acadêmicos



Fonte: *Elaboração própria.*

O estado de São Paulo se destaca com cinco trabalhos (USP, UNESP, UFSCar, UNICAMP, UFABC), seguido por Pernambuco, com quatro (UFPE, UFRPE). Essa concentração sugere a existência de grupos de pesquisa consolidados e a presença de políticas de fomento à investigação sobre diversidade nesses contextos institucionais e regionais. A análise também evidencia uma diversidade de áreas do conhecimento envolvidas na produção científica, extrapolando a dimensão geográfica e temporal.

Esse cenário se fortalece ao examinarmos a afiliação dos orientadores a grupos de pesquisa dedicados a questões de gênero e sexualidades, bem como seus interesses e experiências de pesquisa, conforme seus currículos na Plataforma Lattes. Para ilustrar essa análise, apresentamos a tabela a seguir.

Tabela 2 - Grupos de pesquisa e temas de interesse/experiência dos orientadores/as e co-orientadores/as das teses e dissertações

| Autor(a) | Título | Orientador(a) | Co-orientador(a) | Grupo de Pesquisa | Temas de interesse/experiência |
|---|---|---------------------------------|----------------------|---|---|
| Filipe Antonio Ferreira da Silva | Consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola | Allene Carvalho Lage | Não se aplica | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Diferenças (NEGED) | gênero; diversidade; formação docente; educação e diferenças |
| Emerson Silva Santos | Desrespeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru – PE: A questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar | Allene Carvalho Lage | Não se aplica | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Diferenças (NEGED) | gênero; diversidade; formação docente; educação e diferenças |
| Lilian Carla da Silva Freitas | Práticas de resistência de estudantes dissidentes do regime sexo-gênero: experiências para uma escola possível de ser e estar | Ana Paula Abrahamian de Souza | Não se aplica | Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais e Arte/Educação (GPECAE-UFRPE) | arte/educação; corpo; gênero; sexualidades; teoria queer; estudos foucaultianos |
| Bárbara Maia Morais | Gênero, sexualidade e direitos humanos: um estudo das políticas públicas de educação | André Luiz Faisting | Não se aplica | Grupo de Pesquisa em Educação, Sexualidades e Relações de Gênero (GESEX) | educação e sexualidades; relações de gênero; currículo; formação de professores |
| Daiana Godinho Martins Correia | Formação docente em cursos de licenciatura da UFSM: sobre políticas curriculares e discussões de gênero e sexualidades | Andréa Forgiarini Cecchin | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão da Educação | gestão educacional; políticas públicas; formação de professores; práticas escolares |
| Vinicius Tavano | Gênero e sexualidade no currículo da cidade de São Paulo | Andreza Marques de Castro Leão | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Violência Contra Adolescentes e Crianças (GEPVAC) | educação sexual; abuso sexual; violência sexual infantojuvenil; formação de professores |
| Douglas Luiz de Oliveira Moura | Educação em direitos humanos e enfrentamento às LGBTfobias: narrativas de professoras/es do curso normal | Aureliano Lopes da Silva Junior | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação (GRUPEJ) | infância; juventude; diversidade; educação; políticas públicas |
| Sebastiana Nunes da Costa | Gênero e sexualidade na escola: Em cena o estudo das contribuições das políticas para a formação docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco | Bruna Tarcília Ferraz | Denise Maria Botelho | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Sexualidades (EDUGSEX) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades "Audre Lorde" (GEPERGES Audre Lorde) | gênero; sexualidade; direitos humanos; formação docente; educação básica relações étnico-raciais; feminismo interseccional; educação intercultural; religiões afro-brasileiras |
| Shirlei Alexandra Fetter | A "ideologia" do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente na rede pública de ensino em Parobé/RS | Denise Regina Quaresma da Silva | Não se aplica | Grupo de Pesquisa ComGênero: Interseccionalidades com Educação e Direitos Humanos | educação inclusiva; diversidade; direitos humanos; educação sexual; gênero; violências de gênero; políticas públicas de educação; psicanálise e educação |
| Willian Guimarães | Trajetórias de vida pela educação: produzindo os núcleos de gênero e diversidade sexual em um instituto federal | Henrique Caetano Nardi | Não se aplica | Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) | subjetividade; sexualidade; diversidade sexual; LGBTQIA+; relações de gênero; saúde; trabalho; políticas públicas |
| Ezequias Cardozo da Cunha Júnior | Violência escolar, desinformação e as fake news sobre corpos, gêneros e sexualidades nas mídias e redes sociais | Leandro de Oliveira Souza | Não se aplica | Grupo de Pesquisa Equidade na Educação Matemática, Estatística e Científica (GEMEC) | formação de professores; educação estatística; tecnologias educacionais; desinformação nas mídias; educação científica |
| Cristina Simone de Sousa Reis | Resistências de subjetividades insurgentes à lgbtqia+ fobia no contexto escolar | Leandro Passarinho Reis Júnior | Não se aplica | Não encontrado | ensino de ciências e biologia; formação docente; educação ambiental; educação inclusiva |
| Homero Henrique de Souza | A política pública de educação do estado do Ceará para gênero e sexualidade na escola | Lia Machado Fiuza Fialho | Não se aplica | Grupo de Pesquisa sobre Educação, Gênero e Cidadania (Diadorim) | gênero; sexualidades; políticas públicas; educação; direitos humanos |
| Caroline Gorski Marques Araujo | O programa de ensino integral no estado de São Paulo: a escola neoliberal | Marcia de Paula Leite | Não se aplica | Grupo de Estudos sobre Trabalho, Sociedade e Educação (GERTSE) | sociologia do trabalho; políticas educacionais; juventude; desigualdades sociais; educação básica |
| Adriana Marcial Ramos Gomes | O (re)conhecimento dos direitos dos adolescentes LGBTQIA+ na escola | Maria de Fátima Lobato Tavares | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sexualidades (GEPUCS) | educação e sexualidades; formação de professores; currículo; infâncias |
| Samuel Moreira de Araújo | As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior | Neil Franco Pereira de Almeida | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisa Corpo, Culturas e Diferença (GPCD) | corporeidade; dança; ginástica; gênero; sexualidades; diferenças; educação física escolar |

| | | | | | |
|--|--|----------------------------------|--|---|---|
| Lucas Périco | Educação e sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar | Ricardo Desidério da Silva | Não se aplica | Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade (GPED) | sexualidade; educação sexual; redes sociais digitais; formação de professores; educação de surdos |
| Carliene Freitas da Silva Bernardes | Percursos de homens e de mulheres à gestão escolar: um estudo consubstanciado por classe, gênero e raça | Selva Guimarães | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Educativas e Memórias (GEPPEM) | memória; história da educação; infância; formação docente; instituições escolares |
| Graciete Pantoja Antunes | Vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará | Vivian da Silva Lobato | Não se aplica | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e suas Linguagens (GEPILin) | infâncias; linguagem; formação de professores; educação infantil; cultura da infância |
| Silmara Silveira Lourenço | Sexualidade e gênero segundo educadoras de ciências e biologia: limites, resistências e possibilidades da educação sexual na escola | Viviane Melo de Mendonça | Não se aplica | Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS-UFScar) | gênero; sexualidades; memória social; heteronormatividade; educação; culturas urbanas |
| Rafaela Cordeiro Gama | Sexualidade e gênero em meio escolar: Um estudo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil e no 1º Ciclo do Ensino Básico em Portugal | Zélia Ferreira Caçador Anastácio | Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda | Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação em Ciências, Matemática e Sexualidade (GECIMAS - UFABC) | promoção e educação para a saúde; educação sexual; saúde infantil; formação de professores ensino de ciências; ensino de biologia; formação de professores; educação em sexualidade; práticas pedagógicas investigativas |

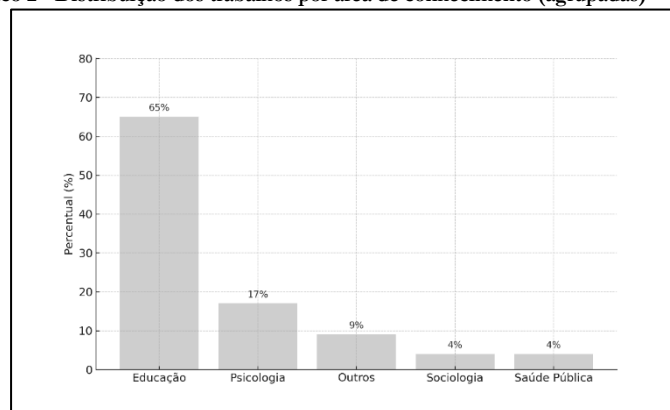
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 2, cerca de 78% dos grupos de pesquisa vinculados aos/às orientadores/as e coorientadores/as mantêm relação direta com questões de gênero, sexualidades ou temas correlatos. Além disso, 20 orientadores/as indicam em seus resumos na Plataforma Lattes o foco em gênero, sexualidades, direitos humanos, diversidade ou feminismo como parte significativa de suas áreas de atuação.

Esses dados evidenciam a forte aderência dos orientadores/as às temáticas de gênero e sexualidades, com percentuais superiores a 75% tanto no pertencimento institucional quanto nas trajetórias individuais de pesquisa. Tal cenário aponta para a existência de um campo acadêmico atento às diferenças e dissidências, contribuindo para a formação de novos pesquisadores/as. Ainda que alguns grupos e currículos não evidenciem centralidade nessas temáticas, isso não implica ausência total de abordagens relacionadas à diversidade.

Embora a maioria das produções esteja situada no campo da Educação, com cerca de 65%, também foram identificados trabalhos oriundos de programas em Psicologia Social, Sociologia e Saúde Pública, entre outros, conforme o gráfico que segue.

Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos por área de conhecimento (agrupadas)



Fonte: Elaboração própria.

A distribuição interdisciplinar das pesquisas revela que as questões de gênero e sexualidades extrapolam os limites da educação formal, mobilizando áreas como história, ciência política, sociologia e antropologia. Como aponta Scott (1999), o conceito de gênero não apenas introduz novos temas, mas transforma criticamente os paradigmas disciplinares, ao evidenciar sua articulação com instituições como a educação, o mercado de trabalho e o sistema político. Assim, compreender gênero e sexualidades exige abordagens que reconheçam sua presença constitutiva nas práticas sociais e institucionais.

Embora o foco da revisão seja a gestão escolar no ambiente público formal, estudos como o de Simone Porto Loureiro e Terezinha Féres-Carneiro (2024) mostram a persistência de estereótipos de gênero em empresas familiares do setor escolar privado. Já Rafaela Cordeiro Gama (2023), ao comparar contextos do Brasil e de Portugal, evidencia desafios comuns na efetivação de políticas inclusivas, ampliando o horizonte analítico para além dos limites nacionais.

Quanto à presença da gestão escolar nos títulos dos trabalhos, apenas dois a mencionam diretamente (Bernardes, 2022; Santos, 2018), enquanto outros dois integram linhas de pesquisa sobre gestão educacional (Antunes, 2022; Correia, 2021). A baixa incidência se explica porque a maioria dos trabalhos selecionados não tem a gestão como foco central. Ainda assim, a análise dos resumos revela que, em 52% dos textos, há destaque para práticas de gestão escolar frente às diversidades sexuais e de gênero, enfatizando ambiguidades entre silenciamentos, acolhimentos e resistências (Bernardes, 2022; Monteiro, 2021; Gomes, 2022; Correia, 2021; Costa, 2021; Lourenço, 2021; Araujo, 2021; Reis, 2022; Moura, 2023; Guimarães, 2023; Silva, 2024).

Outro núcleo temático refere-se à análise de políticas públicas e currículos escolares, presente em cerca de 39% dos trabalhos (Souza, 2019; Correia, 2021; Costa, 2021; Morais, 2022; Araújo, 2022; Lourenço, 2021; Gama, 2023; Moura, 2023; Araujo, 2021), que investigam a inserção das temáticas de gênero e sexualidades em documentos oficiais e propostas de formação docente. Homero Henrique de Souza (2019), por exemplo, analisa a política de educação do Ceará, evidenciando avanços normativos, mas também os limites práticos de sua implementação nas escolas.

As vivências escolares de estudantes LGBTQIAPN+ aparecem em aproximadamente 43% dos trabalhos, expondo práticas discriminatórias, resistências e demandas por acolhimento. Já as trajetórias profissionais de docentes e gestores/as são tema em cerca de 13% das produções (Freitas, 2022; Reis, 2022; Antunes, 2022; Gomes, 2022; Silva, 2024; Cunha Júnior, 2023; Moura, 2023; Gama, 2023).

Filipe Antonio Ferreira da Silva (2019) complementa essa análise ao discutir os consensos e dissensos nas escolas sobre diversidade sexual e LGBTQIAPN+fobia, revelando que práticas de resistência coexistem com discursos institucionais de silenciamento, ampliando a compreensão sobre o papel da gestão escolar nesse contexto.

Finalmente, emerge como preocupação recente a análise da proliferação de *fakenews*² e discursos de ódio relacionados à educação, à sexualidade e à construção de pânicos morais, destacando seus efeitos danosos sobre as práticas pedagógicas e as políticas escolares de diversidade (Cunha Júnior, 2023; Reis, 2022; Moura, 2023), temática presente em aproximadamente 13% dos trabalhos analisados.

A análise dos títulos e resumos dos estudos selecionados revela a predominância de produções voltadas à formação docente, vivências escolares e políticas públicas, enquanto a gestão escolar, embora presente, é tratada de maneira periférica, sem aprofundamento sobre a atuação de gestores/as frente às questões de gênero. Ainda assim, os resumos indicam que muitos trabalhos abordam dimensões que impactam diretamente a gestão, como organização curricular, enfrentamento às violências de gênero e promoção da diversidade, evidenciando uma lacuna a ser explorada de forma mais sistemática em pesquisas futuras.

Essa primeira análise, de caráter exploratório e preliminar, ancora-se prioritariamente nos títulos e resumos dos trabalhos, delimitando o alcance das inferências possíveis. Ressalta-se, assim, a necessidade de aprofundamentos analíticos que considerem a leitura integral dos textos, de modo a compreender de forma mais articulada a presença da gestão escolar nas pesquisas selecionadas.

A análise das correntes teóricas mobilizadas revela forte incidência de autores centrais nos estudos de gênero e sexualidades. Joan Scott, cuja concepção do gênero como construção social atravessada por relações de poder é amplamente reconhecida, foi citada em cerca de 65% dos trabalhos (Bernardes, 2022; Caroline Araujo, 2021; Correia, 2021; Costa, 2021; Cunha Júnior, 2023; Fetter, 2022; Freitas, 2022; Gama, 2023; Lourenço, 2019; Moura, 2023; Périco, 2021; Samuel Araujo, 2021; Santos, 2018; Silva, 2019; Souza, 2019). Michel Foucault, com suas reflexões sobre a articulação entre poder, saber e sexualidade, foi referenciado em 56% das produções (Antunes, 2022; Araujo, 2021; Bernardes, 2022; Correia, 2021; Cunha Júnior, 2023; Freitas, 2022; Gama, 2023; Gomes, 2022; Lourenço, 2021; Moura, 2023; Reis, 2022; Silva, 2024; Souza, 2019). Judith Butler, com a teoria da performatividade de gênero, aparece em cerca de 39% das análises (Antunes, 2022; Correia, 2021; Freitas, 2022; Gama, 2023;

² *Fakenews* são compreendidas como conteúdos falsos ou distorcidos, produzidos intencionalmente para enganar, manipular a opinião pública, deslegitimar discursos e instituições, ou provocar pânico moral. Segundo Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017), as *fakenews* devem ser entendidas dentro de um sistema mais amplo de desinformação, que envolve diferentes níveis de intencionalidade e formatos, como sátiras, rumores, fraudes e teorias da conspiração.

Gomes, 2022; Lourenço, 2021; Moura, 2023; Reis, 2022; Silva, 2024), evidenciando a adoção de perspectivas que desestabilizam concepções essencialistas de identidade.

No campo nacional, Rogério Junqueira, reconhecido por suas análises sobre diversidade sexual e políticas públicas, foi citado em 57% dos trabalhos (Antunes, 2022; Samuel Araujo, 2021; Santos, 2018; Fetter, 2022; Reis, 2022; Moura, 2023; Silva, 2019; Cunha Júnior, 2023; Tavano, 2021; Gama, 2023; Morais, 2022; Lourenço, 2019; Souza, 2019). Guacira Lopes Louro, referência para a intersecção entre educação e sexualidades, foi mobilizada em aproximadamente 35% das produções (Araujo, 2021; Correia, 2021; Costa, 2021; Lourenço, 2021; Moura, 2023; Antunes, 2022; Silva, 2024; Souza, 2019), enquanto Berenice Bento, reconhecida pelas discussões sobre identidades trans, esteve presente em cerca de 26% dos trabalhos (Antunes, 2022; Gomes, 2022; Reis, 2022; Silva, 2024; Correia, 2021; Bernardes, 2022).

No que tange aos resultados, a partir dos resumos, podemos afirmar que os estudos apontam para a permanência de práticas discriminatórias e de exclusão de estudantes LGBTQIAPN+ no ambiente escolar (Antunes, 2022; Freitas, 2022; Gama, 2023; Gomes, 2022; Reis, 2022), evidenciando que o preconceito e a violência simbólica ainda atravessam o cotidiano das escolas. Paralelamente, alguns trabalhos destacam a existência de iniciativas de resistência e acolhimento, seja por parte de docentes, estudantes ou gestores, ainda que de maneira pontual e fragmentada (Cunha Júnior, 2023; Moura, 2023; Reis, 2022).

Um dos achados relevantes refere-se à falta de formação inicial e continuada para lidar com as questões de gênero e sexualidade nas escolas, com relatos de professores e gestores que se sentem despreparados para enfrentar a diversidade (Correia, 2021; Costa, 2021; Gama, 2023; Lourenço, 2021). Nesse ínterim, tanto o relatório da UNESCO (2014) — de relatoria de Osmar Arruda Garcia — quanto sua dissertação de mestrado (Garcia, 2015) denunciam a ausência de formação docente voltada a essas temáticas e que, embora existam políticas públicas e marcos normativos que sustentem essa inserção, o tratamento nas licenciaturas e nas práticas escolares ainda depende de iniciativas isoladas. O relatório aponta que, na formação inicial, o tema é frequentemente ausente ou relegado a disciplinas optativas; já na formação continuada, a dissertação demonstra que o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) provocou reflexões relevantes entre os cursistas sobre a temática.

Em termos de políticas públicas, observam-se análises críticas que denunciam a falta de efetividade na implementação de programas e legislações voltadas à promoção da diversidade nas instituições escolares (Araújo, 2022; Morais, 2022; Souza, 2019).

Por fim, alguns trabalhos identificam a emergência e a disseminação de discursos conservadores e de pânico morais no ambiente escolar, alimentados pela proliferação de fakenews e pela crescente hostilidade às pautas de gênero e sexualidade (Cunha Júnior, 2023; Moura, 2023).

Tais constatações indicam que, embora haja avanços e resistências no interior das escolas, ainda prevalecem dinâmicas de exclusão, silenciamento e precariedade das ações institucionais, reafirmando a urgência de práticas educativas mais comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

Esses indícios preliminares orientam a continuidade do percurso investigativo, conduzindo à próxima etapa deste estudo, na qual a leitura integral das produções permitirá analisar com maior densidade como as pesquisas mostraram a articulação entre gestão escolar e as questões de gênero e sexualidades no contexto educacional em que foram realizadas.

MERGULHO CARTOGRÁFICO: ENREDAMENTOS ENTRE GESTÃO ESCOLAR, GÊNERO E SEXUALIDADES

Inspirados na cartografia como método de pesquisa que acompanha processos e fluxos nos territórios investigados (Passos; Barros, 2009), subdividimos os 23 trabalhos em temas específicos sobre gestão escolar, gênero e sexualidades. Esse movimento evidenciou focos temáticos, lacunas e silenciamentos, que serão explorados nos tópicos seguintes.

O tratamento das questões de gênero e sexualidade nas escolas revela um campo tensionado entre a manutenção de normas e esforços — muitas vezes frágeis — de resistência. A seguir, analisamos essa oscilação, abordando desde práticas de omissão e silenciamento até experiências que revelam a potência de políticas inclusivas na construção de ambientes escolares mais justos.

Gestão escolar entre silêncios e ações: enfrentando a LGBTQIAPN+fobia no clima organizacional escolar

Um dos aspectos relevantes identificados na análise dos títulos diz respeito à presença explícita da temática do preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+.

Dentre os 23 trabalhos analisados, cinco utilizam termos como *LGBTfobia*, *homofobia*, *LGBTIfobia* ou *LGBTQLA+fobia* em seus títulos, indicando um recorte mais direto sobre as manifestações de violência e discriminação enfrentadas por sujeitos dissidentes³ no contexto escolar. Esses estudos, ao nomearem diretamente essas formas de opressão, evidenciam uma preocupação não apenas com as diversas expressões de sexualidades e de gênero enquanto pauta formativa ou curricular, mas também com os impactos da exclusão e da violência simbólica e material sobre as trajetórias escolares.

Nesse cenário, a gestão escolar assume um papel estratégico, pois está diretamente implicada na constituição do clima organizacional da escola. De acordo com João Marcos Vitorino dos Santos e Joyce Mary Adam (2022), cabe à gestão escolar criar condições que favoreçam relações interpessoais saudáveis, participação democrática e valorização da diversidade.

Para esses pesquisadores, isso significa que a atuação do/a gestor/a influencia diretamente a forma como os sujeitos da comunidade escolar percebem e experienciam o ambiente educacional. Com efeito, a liderança exercida pela equipe gestora pode tornar-se fundamental para a promoção de um clima escolar positivo, capaz de favorecer tanto o desenvolvimento integral dos estudantes quanto a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas.

Esse entendimento encontra ressonância em três dos trabalhos que compõem esta revisão integrativa — Freitas (2022), Morais (2022) e Reis (2022) — os quais abordam de maneira crítica a atuação ou a omissão das gestões escolares diante das violências contra LGBTQIAPN+ nas instituições de ensino. Isso fica explícito quando, ao não compreender seu papel na implementação de um clima escolar inclusivo e equitativo, adotando discursos de neutralidade, os/as gestores/as, segundo Bárbara Maia Morais (2022), acabam por colaborar com o apagamento das desigualdades estruturais ao qual são submetidos os sujeitos dissidentes.

Nesse contexto, Cristina Simone de Sousa Reis (2022), evidencia como a ausência de políticas institucionais coordenadas pelos gestores podem expor estudantes à vulnerabilidade cotidiana, tornando-os alvos de práticas isoladas — ora de acolhimento, ora de silenciamento. A autora assevera que a “postura de isenção das direções escolares frequentemente mascara a reprodução de estruturas de poder que excluem e silenciam corpos dissidentes” (Reis, 2022, p. 67). Para ela quando a gestão escolar se coloca em posição de neutralidade, na prática, está alimentando estruturas excludentes, ou seja, a “alegada isenção da gestão escolar colabora para o apagamento das violências estruturais que atravessam os corpos dissidentes” (Reis, 2022, p. 66).

Complementando essas reflexões, Santos (2018) evidencia em sua pesquisa que as gestões escolares, ao negligenciarem as denúncias de violência motivada por LGBTQIAPN+fobia, acabam por institucionalizar práticas de exclusão no cotidiano escolar. Segundo o autor, a gestão escolar pode ser “parte do problema quando silencia”, ou seja, “é cúmplice ou pratica violência LGBTQIfóbica” (Santos, 2018, p. 188), reforçando a ideia de que a omissão da gestão pode legitimar e perpetuar a marginalização dos corpos dissidentes nas escolas. Ao mesmo tempo, ele reconhece que, em alguns casos, a gestão também pode se tornar “parte da solução”, a depender de seu comprometimento em apurar denúncias e adotar medidas efetivas de combate à LGBTQIAPN+fobia (Santos, 2018).

Sendo assim, como destaca Lilian Carla da Silva Freitas (2022), é compreensível a emergência de práticas de resistência, adotadas por estudantes LGBTQIAPN+. Tais práticas “não surgem do nada, são forjadas no cotidiano, quando encontram brechas na estrutura e apoio institucional que as legitime” (Freitas, 2022, p. 84) e se tornam evidentes em contextos marcados pela não valorização e

³ Na literatura acadêmica o termo “dissidente” é utilizado para nomear sujeitos cujas vivências escapam às normas hegemônicas de vivenciar as identidades de gênero e as identidades sexuais (Butler, 2003; Bento, 2006; Louro, 2000; Pelúcio, 2014).

reconhecimento institucional das existências desses estudantes dissidentes, especialmente quando a gestão escolar se ausenta de seu papel de implementar práticas pedagógicas inclusivas e equitativas.

Esse conjunto de evidências, oriundo dos trabalhos da amostra, articula-se com os estudos de autoras como Dagmar Estermann Meyer (2003) e Guacira Lopes Louro (2000), que argumentam que a escola não é apenas reprodutora, mas também produtora de normatividades de gênero e sexualidades. Assim, a gestão escolar que se omite diante da LGBTQIAPN+fobia pode estar, conscientemente ou não, institucionalizando o preconceito.

Na mesma direção, Graciete Pantoja Antunes evidencia os impactos da omissão institucional diante das vivências LGBTQIAPN+ no espaço escolar. Ela afirma que “a escola, por muitas vezes, prefere silenciar-se, não enfrentando as questões de violência simbólica, como se a omissão fosse um caminho seguro para manter a ordem” (Antunes, 2022, p. 97). A autora afirma, também, que a omissão ganha contornos ainda mais problemáticos ao se traduzir em práticas que silenciam os sujeitos LGBTQIAPN+ e os tornam alvos de violências simbólicas e institucionais.

Douglas Luiz de Oliveira Moura (2023, p.65) também denuncia essa lacuna, apontando que, apesar de discursos formais sobre respeito à diversidade, “há uma ausência de políticas institucionais que enfrentem de forma concreta a LGBTQIfobia no cotidiano escolar”. Para esse autor, a omissão visa institucionalizar o que podemos chamar de uma pedagogia da exclusão, na qual os corpos dissidentes continuam à margem da proteção e do reconhecimento.

Outro aspecto relevante desse panorama é trazido por Shirlei Alexandra Fetter (2022), que revela como a ausência de formação continuada sobre identidade de gênero e sexualidade fragiliza o trabalho da gestão e da equipe docente. Em sua tese, afirma: “as falas dos(as) docentes mostram que, apesar de sensibilizados(as), não se sentem preparados(as) para enfrentar os desafios postos pela diversidade de gênero e sexualidade no cotidiano escolar” (Fetter, 2022, p. 180).

Em sua dissertação a autora afirma que o imaginário docente é atravessado por estereótipos e preconceitos que encontram respaldo na ausência de formação institucional e na inércia das gestões escolares, observando que a “falta de clareza conceitual sobre identidade de gênero e sexualidade, somada à ausência de formação continuada e ao silêncio das gestões, cria um ambiente escolar avesso à pluralidade” (Fetter, 2022, p. 10).

Nesse sentido, Vinícius Tavano (2021) acrescenta que a formação inicial docente também atua como um dos pilares que sustentam os silenciamentos escolares. Em sua análise sobre a homofobia na formação inicial de professores, o autor identifica que a ausência de discussões críticas sobre gênero e sexualidades durante a graduação contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos nas práticas pedagógicas. Tal constatação reforça a ideia de que a gestão escolar, ao negligenciar a formação continuada, acaba por agravar esse quadro de precarização das abordagens inclusivas no cotidiano escolar.

Como nos alerta Michel Foucault (1979, 1988 e 1996) o silêncio não constitui a ausência de um discurso, porém pode funcionar como uma forma estratégica de enunciação. Portanto, trata-se de uma tecnologia de poder que opera pela exclusão simbólica, legitimando normas sociais ao invisibilizar as experiências dissidentes.

Desse modo, o silêncio institucional diante das violências motivadas por identidade de gênero e orientação sexual pode ser compreendido como um dispositivo de poder que opera a manutenção das estruturas normativas da escola. Por outro lado, quando a gestão se compromete com ações afirmativas, formação docente continuada e escuta ativa da comunidade escolar, ela pode romper com essa lógica excludente e contribuir para a construção de uma cultura educativa mais comprometida com a diversidade.

Corroborando com essa reflexão temos o que argumenta Adriana Marcial Ramos Gomes (2021) quando observa que a negação da escuta ativa aos sujeitos LGBTQIAPN+ contribui para seu silenciamento e sofrimento. A autora argumenta que “a escuta, quando negada, se transforma em mecanismo de invisibilização, fragilizando o reconhecimento dos direitos desses estudantes” (Gomes, 2021, p. 55). Ela também analisa os efeitos desse silenciamento na vivência escolar de adolescentes LGBTQIAPN+ e destaca a recusa das escolas em escutar as narrativas desses estudantes, afirmando haver “uma sistemática negação da escuta e do acolhimento” o que denota que o “silêncio é uma forma de violência” (Gomes, 2021, p. 103).

Ezequias Cardozo da Cunha Júnior (2023) acrescenta à discussão a dimensão da desinformação e das assim chamadas *fakenews*. Segundo ele, "a escola se tornou alvo das ressonâncias das *fakenews*, especialmente quando se trata de temas como 'ideologia de gênero' e 'kit gay', que reverberam em práticas de coerção e silenciamento institucional" (Cunha Júnior, 2023, p. 146). O autor observa que esses conteúdos distorcidos são frequentemente absorvidos pela gestão sem uma postura crítica, o que contribui para a reprodução de violências e para o reforço de preconceitos. Em suas palavras as "escolas, muitas vezes, internalizam as narrativas desinformativas sobre gênero e sexualidade sem problematizar seus efeitos nocivos" (Cunha Júnior, 2023, p. 6).

Portanto, esse ambiente de desinformação, muitas vezes reforçado por gestores escolares sem o devido embasamento crítico, favorece a reprodução da cisheteronormatividade⁴ como norma hegemônica. O que segundo Antunes (2022, p. 88) não é diferente quando se opera a estratégia do silenciamento, visto que as "instituições se mantêm em silêncio diante das dores desses sujeitos, ao mesmo tempo que reafirmam a cisheteronormatividade como norma".

Apesar dos silenciamentos evidenciados, práticas de resistência também marcam o cotidiano escolar, como analisaremos na próxima seção.

Resistências frágeis e práticas subversivas: quando docentes, estudantes ou a gestão tentam romper o silêncio, mesmo sob tensão

Mesmo diante de um cenário marcado por silenciamentos institucionais e pela política da neutralidade, emergem no cotidiano escolar práticas de resistência que, embora frágeis, podem afirmar outras possibilidades de existência. Tais práticas visam desafiar as normatividades existentes e reivindicam espaços de escuta, visibilidade e reconhecimento para as subjetividades dissidentes.

Cristina Simone de Sousa Reis (2022) denomina essas movimentações como resistências micropolíticas, protagonizadas por sujeitos que, ao se posicionarem contra a LGBTQIAPN+fobia nas escolas, "produzem fissuras no discurso normativo e constroem redes de resistência micropolítica" (Reis, 2022, p. 64). Essas ações, embora muitas vezes individuais e pontuais, podem desestruturar normas e padrões presentes na escola e abrir frestas para a constituição de experiências educativas de maior empoderamento dos sujeitos dissidentes.

Tal compreensão aproxima-se da concepção foucaultiana de poder como algo que não se localiza apenas nas instituições ou no aparelho do Estado, mas que circula, se infiltra e se exerce em todas as relações sociais. O filósofo, Foucault (1979, p.89), argumenta que "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque vem de todos os lugares".

Dessa maneira, os pequenos gestos de resistência no cotidiano escolar, ainda que pontuais, podem ativar contracondutas⁵ frente à normatividade, configurando verdadeiras práticas de liberdade. São ações que colocam em movimento aquilo que Foucault (1979) chama de micropoderes, que operam nas margens, no corpo a corpo da vida social, e têm o potencial de tensionar e deslocar os regimes de verdade instituídos (Foucault, 2008; Louro, 2000; Butler, 2003; Silva, 2010).

No interior dessa lógica, destaca-se o papel dos docentes como mediadores dessas fissuras. Nesse sentido, ao analisar como professores e professoras, mesmo sem respaldo institucional, assumem a tarefa de incluir debates sobre gênero e sexualidades em suas práticas pedagógicas, Lucas Périco (2021, p.88) observa que em grande parte dos casos, essas iniciativas são individuais "e permitem a inserção da temática de gênero e sexualidade na escola, ainda que sem o respaldo da gestão institucional". Essas ações revelam o compromisso com uma educação emancipadora, mas também evidenciam a precariedade e o risco de tais resistências isoladas frente a estruturas escolares conservadoras.

⁴ Cisheteronormatividade pode ser definida como o conjunto de normas que naturalizam e universalizam a cisgeneridade (identificação com o gênero atribuído ao nascimento) e a heterossexualidade (atração por pessoas do gênero oposto) como condições supostamente inatas, universais e desejáveis. Essa noção resulta da intersecção crítica dos conceitos de "heteronormatividade" (Warner, 1991) e "cisheteronormatividade" (Spade, 2011), não havendo autoria única formalmente atribuída, mas observada no Brasil em produções transfeministas contemporâneas (Vergueiro, 2016).

⁵ A contraconduta, portanto, pode ser entendida como qualquer forma de ação ou resistência que desestabiliza ou subverte as normas e padrões estabelecidos pelo poder e que cria espaços de liberdade e de expressão para os corpos dissidentes, especialmente nas áreas de gênero e sexualidade (Foucault, 1988 e 2008; Louro, 2000).

A ambiguidade da atuação da gestão escolar também é central nesse debate. Ao investigar as trajetórias escolares de homens trans, Samuel Moreira de Araújo (2021) aponta que a gestão oscila entre o acolhimento e a omissão, frequentemente cedendo às pressões de grupos religiosos. Para o pesquisador há “momentos em que a gestão opta por dialogar, mas há também escolhas deliberadas pelo silenciamento diante de pressões externas” (Araújo, 2021, p. 143), isso pode indicar que a institucionalização de políticas inclusivas ainda enfrenta forte resistência.

Essa ambiguidade também é observada por Santos (2018), que identifica em sua pesquisa situações em que a gestão escolar ora pode atuar como agente de silenciamento, ora como promotora de práticas de resistência frente à LGBTQIAPN+fobia. Ele destaca que “a gestão escolar pode ser tanto parte do problema, quando silencia e omite, quanto parte da solução, quando acolhe e atua no enfrentamento das violências” (Santos, 2018, p. 188). Essa dupla possibilidade pode denotar que a gestão pode tornar-se um espaço estratégico de disputa.

Essa tensão entre desejo de transformação e ausência de suporte institucional também aparece na pesquisa de Moura (2023), que apresenta relatos de professores do curso normal que, sozinhos, tentam enfrentar a LGBTQIAPN+fobia nas escolas. Um dos depoimentos é emblemático: “a escola fala que respeita, mas não tem política nenhuma... quem se arrisca somos nós, professores” (Moura, 2023, p. 70). Aqui, a resistência aparece como esforço individual, frequentemente solitário e desgastante, que aponta tanto para a potência quanto para os limites da ação docente diante de estruturas silenciadoras. Por outro lado, experiências institucionais mais estruturadas, ainda que pontuais, demonstram que a gestão escolar também pode se constituir como um espaço de acolhimento e invenção de novas formas de existir.

É o caso dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) criados em institutos federais, analisados por Willian Guimarães (2023). Esses núcleos evidenciam o potencial transformador de políticas institucionais voltadas à inclusão, como ressalta o autor: “os institutos passam a encarnar, mesmo que parcialmente, o compromisso com uma educação inclusiva, reconfigurando o papel da gestão como espaço de escuta e diálogo com as dissidências” (Guimarães, 2023, p. 93). Essa experiência reforça que a gestão, quando comprometida com a equidade, pode ser protagonista na superação do silenciamento e na construção de práticas educativas mais justas.

Corroborando com a afirmação do parágrafo anterior Sebastiana Nunes da Costa (2021), ao analisar os Núcleos de Gênero⁶ e o Projeto Andanças⁷ em Pernambuco, afirma que tais iniciativas revelam o potencial das práticas institucionais de enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia nas escolas, favorecendo “a mudança de postura e de compreensão sobre as questões e discussões de gênero e sexualidade por parte de gestoras(es) e coordenadoras(es)” e possibilitando “ações que contribuam e favoreçam a reflexão de docentes, estudantes e famílias” (COSTA, 2021, p. 102, 104).

CONSIDERANDO OS SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS: DESAFIOS PARA A GESTÃO ESCOLAR

A análise dos trabalhos que compõem esta revisão integrativa permite afirmar que a gestão escolar emerge como um eixo temático periférico, embora transversal, o que se efetiva de maneira tênue e secundária ao escopo principal das pesquisas analisadas.

Em um recorte de duas décadas, identificaram-se apenas 23 trabalhos — entre teses, dissertações e artigos científicos — que abordam tal interface, ainda que nem sempre de forma direta. Essa ausência evidencia uma expressiva lacuna na produção acadêmico-científica que articule de maneira crítica a gestão escolar às questões de gênero e sexualidades, explicitando a urgência de ampliar o debate e fomentar novas investigações que contribuam para a consolidação de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

⁶ Os Núcleos de Gênero são espaços institucionais formativos e de escuta criados no interior das escolas, com o objetivo de promover o debate sobre gênero e sexualidades, enfrentar a violência contra LGBTQIAPN+ e sensibilizar a comunidade escolar — docentes, estudantes e famílias — para a construção de uma cultura de respeito à diversidade (Costa, 2021).

⁷ “O projeto Andanças se configura numa Mostra de Cinema sobre Gênero e Sexualidade que tem como principal objetivo estimular estudantes a discutirem sobre coletividade, respeito, diversidade sexual e o exercício da cidadania” (Costa, 2021, p.104).

Embora existam iniciativas docentes voltadas a essas temáticas em determinados contextos, a atuação da gestão escolar pode ser decisiva, seja ao sustentar e fortalecer tais práticas, seja, em algumas circunstâncias, ao engendrar resistências que silenciam ou deslegitimam os esforços e lutas em prol da equidade de gênero e da diversidade sexual.

Como bem apontam Foucault (1979, 1988) e Butler (2003), os mecanismos de poder e de normalização operam não apenas pelas proibições explícitas, mas também pelos modos sutis de silenciamento e exclusão, frequentemente naturalizados no cotidiano escolar. A ausência ou a atuação omissa da gestão, nesse sentido, pode ser compreendida como uma forma de manutenção dos regimes de verdade que consolidam a cisheteronormatividade como norma hegemônica (Bento, 2006).

Essa presença diluída da gestão escolar nas investigações analisadas revela tanto a crescente percepção da importância desse ator institucional no enfrentamento ou na reprodução de silenciamentos e violências contra sujeitos LGBTQIAPN+, quanto a insuficiência de uma problematização mais robusta acerca de sua responsabilidade política e pedagógica nesses processos. Tal constatação tensiona o entendimento, já trabalhado por Louro (2000), de que as instituições escolares não apenas reproduzem normas sociais, mas também as produzem ativamente, constituindo-se como espaços centrais de disputa simbólica.

Em parte dos trabalhos, identificam-se gestões que assumem posturas de acolhimento, resistência e promoção da diversidade, articuladas a iniciativas como os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Costa, 2021; Guimarães, 2023). Em outros, contudo, predominam relatos de omissão, silenciamento e resistência conservadora por parte das equipes gestoras, o que reforça a análise de Joan Scott (1999) sobre o gênero como campo de batalhas simbólicas e políticas, onde os sentidos estão permanentemente em disputa.

A análise da produção acadêmica revela, assim, um campo em consolidação, ainda que marcado por tensões e desafios. A educação para a diversidade de gênero e sexualidade requer não apenas práticas escolares mais inclusivas, mas também pesquisas mais robustas e aprofundadas, capazes de tensionar as normas hegemônicas e propor caminhos para uma educação verdadeiramente democrática — caminhos esses que, conforme nos alertam Foucault (1979) e Bento (2006), exigem enfrentar as malhas invisíveis do poder que naturalizam desigualdades.

Assim, ao articular a revisão da literatura com o foco central deste estudo, reafirma-se a relevância de tensionar a função da gestão escolar não apenas como dimensão administrativa, mas sobretudo como dimensão ética, política e formativa. Fomentar investigações que coloquem a gestão no centro da análise é imperativo para a consolidação de práticas escolares que efetivamente reconheçam e valorizem as pluralidades de gênero e sexualidade como dimensões indissociáveis da construção democrática da escola pública.

Em vista desse panorama, reforça-se a necessidade de continuidade das investigações que se debrucem criticamente sobre a gestão escolar no enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidades, apostando em práticas educativas mais justas, democráticas e transformadoras. O fortalecimento de pesquisas que articulem criticamente gestão, gênero e sexualidades é condição necessária para que a escola pública se constitua como espaço efetivo de promoção dos direitos humanos e da equidade.

Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de ampliar investigações futuras que explorem práticas concretas de gestão escolar voltadas para a promoção da equidade de gênero e sexualidades no ambiente educativo. Estudos que privilegiem metodologias qualitativas, narrativas de gestores/as e análise de políticas institucionais específicas podem oferecer contribuições relevantes para a compreensão dos desafios e das possibilidades de transformação nos contextos escolares. Particularmente, pesquisas que acompanhem processos de implementação de práticas inclusivas, que analisem resistências institucionais e que problematizem o papel da gestão frente aos discursos conservadores emergentes, constituem agendas fundamentais para o fortalecimento de uma escola pública democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Antunes, Graciete Pantoja. *Vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Educação Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

Araújo, Samuel Moreira de. *Sexualidade e currículo: uma análise foucaultiana de práticas discursivas escolares*. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

Bento, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Costa, Sebastiana Nunes da. *Gênero e sexualidade na escola: em cena o estudo das contribuições das políticas para a formação docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco*. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

Cunha Júnior, Ezequias Cardozo da. *Violência escolar, desinformação e as fake news sobre corpos, gêneros e sexualidades nas mídias e redes sociais*. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

Facchini, Regina; França, Isadora Lins. Direitos em disputa: novos e velhos antagonismos em torno da moral sexual e religiosa no Brasil contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 59, e205909, 2021.

Fetter, Shirlei Alexandra. *A “ideologia” do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente na rede pública de ensino em Parobé/RS*. 2022. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2022.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, Michel. *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

Foucault, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

Freitas, Lilian Carla da Silva. *Práticas de resistência de estudantes dissidentes do regime sexo-gênero: experiências para uma escola possível de ser e estar*. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

Garcia, Osmar Arruda. *Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual: um olhar sobre o curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE)*. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Gil, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- Gomes, Adriana Marcial Ramos. *O (re)conhecimento dos direitos dos adolescentes LGBTQIA+ na escola*. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.
- Guimarães, Willian. *Trajetórias de vida pela educação: produzindo os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual em um Instituto Federal*. 2023. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- Junqueira, Rogério Diniz; Cássio, Fernando; Pellanda, Andressa. Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. In: Facchini, Regina; França, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 189-210.
- Louro, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidades e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Mendes, Karina Dal Sasso; Silveira, Renata Cristina de Campos Pereira; Galvão, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, out./dez. 2008.
- Meyer, Dagmar Estermann. *Insubmissão e diferença: sobre experiências escolares de jovens homossexuais masculinos*. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- Miskolci, Richard. A teoria queer e o cuidado de si: novas perspectivas para a crítica sexual contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- Morais, Bárbara Maia. *Gênero, sexualidade e direitos humanos: um estudo das políticas públicas de educação*. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.
- Moura, Douglas Luiz de Oliveira. *Educação em Direitos Humanos e Enfrentamento às LGBTIfobias: narrativas de professoras/es do curso normal*. 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Processos Psicossociais e Coletivos) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.
- Passos, Eduardo; Barros, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17–31.
- Pelúcio, Larissa. Corpos (in)visíveis: notas sobre gênero e sexualidade no campo da antropologia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 555-566, maio/ago. 2014.
- Périco, Lucas. *Educação sexual na escola: experiências de professores/as da rede estadual paulista*. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- Preciado, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- Reis, Cristina Simone de Sousa. *Resistências de subjetividades insurgentes à LGBTQIA+fobia no contexto escolar*. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- Santos, Émerson Silva. *(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru – PE: a questão da LGBTIfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar*. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.
- Santos, João Marcos Vitorino dos; Adam, Joyce Mary. *Clima escolar: perspectivas e possibilidades de análise*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

Scott, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1999.

Severino, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Silva, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Spade, Dean. *Normal life: administrative violence, critical trans politics, and the limits of law*. Brooklyn: South End Press, 2011.

UNESCO. *Seminário Educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior: relatório final* / Relator: Osmar Arruda Garcia. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: [30/04/2025].

Vergueiro, Viviane. *Transfeminilidades e a produção do "corpo-trans" na educação*. 2016. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Wardle, Claire; Derakhshan, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em 20 abr. 2025.

Warner, Michael. Introduction: Fear of a queer planet. *Social Text*, n. 29, p. 3–17, 1991.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados da pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Administração do Projeto, Escrita – Primeira versão, Revisão e Edição e Metodologia.

Autor 2 – Revisão e Edição, Metodologia, Supervisão, Validação e Visualização.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

OBSERVAÇÃO

Foi utilizada IA generativa para correção da redação do texto e conferências.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.